

MÍDIA, POLÍTICA E CRISTIANISMO NO BRASIL

Mídia, política e cristianismo no Brasil

Thaiane Firmino da Silva¹

Resumo:

Esta investigação situou a dicotomia política - religião historicamente e concentrou esforços nas particularidades apresentadas na conjuntura do Brasil. Com o objetivo de analisar a influência do cristianismo no atual cenário político brasileiro, a pesquisa recorreu à editoria República, do jornal Gazeta do Povo, para verificar como as publicações evidenciaram o tema no período compreendido entre os anos de 2018 e 2021. À vista disso, requisitou expertises das abordagens quantitativa e qualitativa e foi desenvolvida a partir de pressupostos teórico-metodológicos da análise de conteúdo (BARDIN, 2011). As técnicas empreendidas foram a pesquisa bibliográfica (STUMPF, 2005), a entrevista individual (BAUER; GASKELL, 2002) e a pesquisa documental (OLIVEIRA, 2007). Os resultados apontaram que o cristianismo exerce influência no cenário político brasileiro hodierno.

Palavras-chave: política; religião; cristianismo; jornal Gazeta do Povo; Brasil.1.

Abstract:

This investigation situated the political-religion dichotomy historically and concentrated efforts on the particularities presented in the Brazilian conjuncture. In order to analyze the influence of Christianity in the current Brazilian political scenario, the research resorted to the República editorial, of the newspaper Gazeta do Povo, to verify how

¹ Jornalista, cientista social e gestora desportiva e de lazer, com Mestrado em Comunicação pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Especialização em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); Especialização em Linguagens, Suas Tecnologias e o Mundo do Trabalho pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); Especialização em Ciências da Natureza, Suas Tecnologias e o Mundo do Trabalho pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); Especialização em Matemática, Suas Tecnologias e o Mundo do Trabalho pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); Aperfeiçoamento em Educação e Tecnologia pelo Ministério da Educação do Brasil (MEC); Aperfeiçoamento em Bem-estar no Contexto Escolar pelo Ministério da Educação do Brasil (MEC); Bacharelado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Tecnologia em Gestão Desportiva e de Lazer pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE); Curso Técnico em Meio Ambiente pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). E-mail: thaianefirmino@gmail.com.

the publications highlighted the theme in the period between the years 2018 and 2021. , required expertise in quantitative and qualitative approaches and was developed from theoretical-methodological assumptions of content analysis (BARDIN, 2011). The techniques used were bibliographic research (STUMPF, 2005), individual interviews (BAUER; GASKELL, 2002) and documental research (OLIVEIRA, 2007). The results showed that Christianity exerts influence on the Brazilian political scenario today.

Keywords: politics; religion; christianity; Gazeta do Povo newspaper; Brazil.

Introdução

Este trabalho tem como proposta analisar a influência do cristianismo no atual cenário político brasileiro. Para tanto, a investigação recorreu à editoria República, do jornal Gazeta do Povo, para verificar como as publicações evidenciaram o tema no período compreendido entre os anos de 2018 e 2021. Apesar da dicotomia política - religião se configurar como temática clássica na área das Ciências Sociais, no Brasil o volume de pesquisas que evocam esse eixo sob a perspectiva de análise de periódico contemporâneo ainda é tímido, bem como é ínfimo o número de publicações científicas com tal temática vinculada ao mencionado jornal. Dessa forma, esta investigação partiu da premissa de viabilização de estudo que intenta colaborar para a redução desse hiato.

Atualmente, o cristianismo tem assumido papel preponderante no contexto político mundial, inclusive no Brasil. Apesar de não se tratar de um fenômeno novo, sobretudo nas terras brasileiras, onde nos anos 1930, 1950 e 1960 foram registradas amplas ligações entre essas esferas, é evidente que o acontecimento passível de observação retornou com robustez ao universo da política nacional. A inquietação central, contudo, gira em torno do fato dessa intensa reaproximação ocorrer poucas décadas após a promulgação da Constituição Federativa do Brasil de 1988 que, à semelhança da promulgada em 1891, fez diferenciação entre a atuação do Estado e da Igreja, tendo o primeiro assumido ação mais ampla.

À vista disso, surgiu a seguinte pergunta norteadora: Como se dá a influência do cristianismo na formatação política do Brasil na atualidade? A partir disso, a hipótese levantada é que o cristianismo exerce influência no cenário político brasileiro hodierno através da atuação dos seus adeptos e simpatizantes, haja vista que esses combatem ideias que confrontam valores centrais do dogma cristão e defendem as que confirmam a manutenção de crenças políticas e sociais pautadas no conservadorismo e no entendimento da família nuclear como uma unidade fundamental.

Com o anseio de obter resposta no âmbito de um recorte mais preciso, os objetivos foram delineados da seguinte maneira: situar, historicamente, a dicotomia política - religião; registrar os mecanismos que, tradicionalmente, permeiam a relação entre política e cristianismo no Brasil; localizar o jornal Gazeta do Povo no contexto brasileiro; apresentar a relevância quantitativa da temática política - cristianismo no âmbito da editoria República, no período de 2018 a 2021; identificar como a temática em questão aparece nas publicações analisadas; compreender o que a abordagem apresentada revela sobre o panorama político brasileiro da atualidade.

Salutar pontuar que, para fins desta investigação - que foi desenvolvida sob a égide de tema com notória relevância nos âmbitos político e social e no debate científico da hodiernidade - foram considerados pertencentes ao cristianismo indivíduos, grupos, instituições, organizações e associações que se definem como pertencentes ao protestantismo, surgido durante a Reforma do século XVI; ao catolicismo romano, subordinado ao bispo romano; e a ortodoxia oriental, originada a partir da divisão da Igreja Católica após o Grande Cisma, em 1054. Dessa forma, cada uma dessas modalidades são tratadas de maneira geral, não sendo consideradas suas subdivisões, tais como denominações, por exemplo.

Política e religião

É sabido que as Ciências Sociais se preocupam com a religião como um fenômeno político, sobretudo em razão desta apresentar caráter ético-normativo que viabiliza o estabelecimento de parâmetros comportamentais atemporais. Não por acaso, em diversos momentos no transcurso da história é axiomática a mescla entre autoridade secular e religiosa - associação que passou a ser ponderada durante o século XVII, por ocasião de esforço intelectual europeu responsivo às guerras religiosas. Decorre disso a posterior separação entre Estado e Igreja, e o primeiro passa a marcar não apenas vigorosa afirmação nos planos econômico e político, mas se afirma como instância de poder autônoma (MATA, 2008).

Contudo, de acordo com Mata (2008, p. 238), “o Estado não foi capaz de produzir “valores e verdades” que substituíssem plenamente aqueles aos quais minara” ao desvencilhar-se da religião. Por esse motivo, segundo ele, esta última - a despeito de todas as sentenças de morte - continua a dispor de considerável poder. Para o autor, no entanto, a religião moderna acopla mecanismos extra-eclesiásticos e, por isso, transita em todas as esferas humanas, inclusive, a política. Dessa visão decorre o entendimento de que não é possível ignorar a visibilidade pública da religião na cena contemporânea, principalmente porque os atores religiosos movimentam-se e trazem a público sua linguagem, seu ethos, suas demandas, nas mais diversas direções (BURITY, 2008).

Assim, não há como desconsiderar as postulações de Max Weber (2004) sobre o assunto. Nesse sentido, é importante registrar que o autor já tratava a mencionada dicotomia de forma a considerar tanto os aspectos históricos como os estruturais. Segundo sua visão, para além de se configurar como um objeto de estudo, a religião pode ser explorada de forma a possibilitar compreensão acerca das transformações sociais que estão em curso. Do mesmo modo, Émile Durkheim (2002) enseja percepção que relaciona a religião com o contexto social. Ele deixa claro que, sob sua perspectiva, o caráter essencialmente religioso da consciência coletiva é o que possibilita a manutenção da ordem social e, por isso, não pode existir sociedade sem religião.

Outrossim, quando trata sobre o sistema político inglês, Edmund Burke (1982) reconhece a legitimidade da religião como fonte primaz para o desenvolvimento de estudos que envolvem a sociedade. Para ele, a Igreja foi responsável pela criação e conservação do Estado. Por isso, o pensador julgava justificada a ligação entre Estado e Igreja e entendia que “a religião pode ser considerada a base da sociedade civil e a fonte de todo bem e de toda felicidade dos homens” (BURKE apud KRITSCH, 2011, p. 74). Tocqueville (2005), por sua vez, acreditava que apesar das crenças religiosas assumirem importância significativa na coesão social e na convivência político-democrática, não deveriam estar - ao menos sob o mirante da democracia - unida à política. Todavia, o autor ponderou que o sublime seria a coabitação dos ideais democráticos com os costumes, com a religião e com o respeito às leis.

Antes disso, contudo, Maquiavel (2007) - que entendia que a religião cumpre uma função essencial na estrutura social - já havia postulado que o exercício do poder temporal por parte da Igreja tende a deteriorar sua missão como entidade espiritual. Para ele, dela decorre a sobrevivência do Estado por meio de elementos como coesão interna do povo, amor cívico e devotamento à pátria e, portanto, sua associação com a política - em sua forma mais moderna (o Estado) - a impediria de exercer suas prerrogativas imateriais, o que culminaria na falha dos propósitos que lhe são inerentes, tais como resolução dos conflitos e melhoramento da convivência.

Por outro lado, Rockwell e Paul (2013) assinalam que desde a Revolução Francesa - marcada por uma severa ruptura simultânea dos âmbitos político e religioso, em uma França inflada que se apresentou disposta a jogar fora as antigas instituições, agregar a força como única garantia de autoridade e alimentar uma igualdade que se materializava como querer ter mais do que o outro - há uma tentativa de sobreposição do Estado em relação à religião. Para eles, o primeiro deseja conquistar o espaço da segunda na tarefa de arbitrador do que é certo e do que é errado na vida privada e cívica do indivíduo. Eles acreditam ainda que “as posições imutáveis e inflexíveis da igreja geram incômodos a

ambos os lados do espectro ideológico, de progressistas à conservadores” (ROCKWELL; PAUL, 2013, n.p.).

Apesar disso, Bourdieu (1974) - que não tem a religião como tema central em suas obras - admite que ela e a política podem ser campos autônomos ou relacionados entre si, a depender do contexto. Ele enfatiza, porém, que a primeira tem um caráter político intrínseco. Por isso, pondera que as demandas religiosas se organizam a partir de dois grandes tipos de situações sociais: 1) sentimento de dignidade prendido a convicção da própria excelência e perfeição de conduta de vida (abastados); 2) promessa de salvação do sofrimento e apelo da providência (menos favorecidos). Por conta disso, o intelectual acredita que a religião assume “o monopólio do exercício legítimo do poder de modificar em bases duradouras e em profundidade a prática e a visão do mundo” (BOURDIEU, 1974, p. 88).

Quando pensada a partir da realidade brasileira, é possível identificar que a relação política - religião apresenta particularidades. De acordo com Alves (2019), ao contrário do que ocorre em alguns países europeus e nos Estados Unidos da América (EUA), no Brasil a maioria das universidades não possuem departamentos de religião e teologia e, para ele, talvez por isso os estudos relativos à área estejam multifacetados e/ou limitados a verificação de fatos considerados excêntricos. Para Mata (2008), por um lado as investidas acadêmicas foram iniciadas de maneira a não perscrutar as nuances que envolviam a religião devido a intenção de ignorar o contexto de forma a pormenorizar atributos da fé e, por outro, havia também o receio em esmiuçar os meandros da Igreja Católica, instituição com notáveis poderes.

Contudo, segundo Usarski (2013), no século XIX era forte a presença de clérigos na academia, principalmente em áreas como educação, filosofia e história. Isso, sob sua ótica, garantia que as produções teóricas no país contemplassem discussões no campo da religião. Azzi (1977) menciona que esse fenômeno está ligado às bases lançadas por carta

pastoral publicada em 1916 por D. Sebastião Leme, à época governador da diocese de Olinda e Recife, no estado de Pernambuco. O autor afirma que o documento apontava para a necessidade do ensino religioso como um mecanismo para efetivação do papel de liderança da Igreja Católica na sociedade e foi posto em prática entre os anos de 1921 e 1930, quando o clérigo assumiu o episcopado brasileiro.

Após o Governo Militar, mais precisamente no ano de 1988, o Brasil passou a contar com uma Constituição que, à semelhança da promulgada em 1891, fazia a diferenciação entre a atuação do Estado e da Igreja por meio da laicidade. Ainda assim, em diversos momentos da história política nacional o cenário esteve envolto por nuances religiosas. Em dados eventos, inclusive, o envolvimento da religião com a política no âmbito das disputas eleitorais ficou ainda mais evidente. É o caso da última eleição presidencial, ocorrida no final de 2018 e vencida², em segundo turno, pelo então candidato Jair Messias Bolsonaro, à época filiado ao Partido Social Liberal (PSL).

Segundo Pierucci (2011), desde a eleição de 1986 para o Congresso Constituinte que no Brasil enseja-se o entendimento de que a investida religiosa em processos eleitorais para produzir votos é efetiva e eficaz. A despeito disso, porém, ele afirma que houve ocasiões em que a assertiva não se confirmou e, por isso, acredita que “o voto das massas religiosas não há de ser necessariamente um voto obediente” (PIERUCCI, 2011, p. 7). No mesmo sentido, Prandi (2017) acredita que a religião, no contexto ocidental moderno, perdeu significativamente a capacidade de estruturar a política e a sociedade, principalmente porque em seu seio dá “tratamento privilegiado às coisas da intimidade em detrimento das coisas do governo da nação” (PRANDI, 2017, p. 188).

No entanto, como bem pontuou Cunha (2017, p. 106), “não é mais possível ignorar o lugar das subjetividades e de práticas coletivas delas decorrentes, como as religiões, na

² Bolsonaro (PL) venceu o pleito com 55,13% dos votos válidos, o que corresponde a 57.797.847 milhões de sufrágios.

construção de novas formas de reação às demandas tão diversas e plurais na contemporaneidade”. E aí está incluída a esfera política. Portanto, é vultoso dedicar esforços para compreensão da configuração política brasileira atual no que concerne à influência do cristianismo. Dito isto, é importante considerar o panorama mundial hodierno, onde 2,4 bilhões de pessoas se declaram pertencentes ao cristianismo. Representada por um terço da população mundial, a religião é percebida como a maior do mundo e, no Brasil, de acordo com o último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), 86,8% dos habitantes se identificam como pertencentes a ela.

O veículo de mídia

Fundado em 3 de fevereiro de 1919 pelo paraibano Benjamin Baptista Lins de Albuquerque e pelo alagoano Oscar Joseph de Plácido e Silva, o jornal *Gazeta do Povo* tem sede em Curitiba (PR). Na época de sua criação, o país era essencialmente agrário e parte do seu território permanecia intacto. Entretanto, o momento era marcado pela pandemia da gripe espanhola, que no início daquele ano vitimara o presidente Rodrigues Alves, e por uma efervescência nacional provocada pela disputa eleitoral entre Epitácio Pessoa e Ruy Barbosa - da qual o primeiro saiu vencedor, em 13 de abril, sem sequer ter estado no país para fazer campanha ou votar (AGÊNCIA SENADO, 2019).

No início da década de 1960 a *Gazeta do Povo* foi comprada pelos advogados Cunha Pereira Filho (1926-2009) e Edmundo Lemanski (1926-2010) e passou por transformações estruturais que lhe permitiram a ampliação do número de exemplares, bem como sua modernização. Em 1999 o jornal mudou de direção e a segunda geração dos Cunha Pereira e Lemanski passou a participar da gestão. A essa altura, no entanto, o periódico já havia conquistado espaço de relevância na internet e, em 2018, despontou como o jornal mais lido do país durante as eleições, com 33,7 milhões de visitantes únicos, segundo o painel da *comScore MyMetrix*.

Através de 28 princípios publicizados em 2017 e republicados em 2019, a Gazeta se posiciona como um veículo conservador nos costumes e liberal em áreas como economia, por exemplo. Apesar disso, é possível identificar que, principalmente no âmbito das colunas, o jornal agrega pensadores situados em espectros políticos divergentes. Para o presidente executivo da entidade, Guilherme Doring Cunha Pereira, informar ao leitor as premissas com as quais o periódico lida não o torna tendencioso porque todas as pessoas, inclusive os jornalistas, têm premissas, conscientes ou não. Para ele, um jornal deve estar claramente posicionado para que seus leitores saibam sob qual prisma sua produção caminha.

Tabela 01: Convicções do jornal Gazeta do Povo publicadas em 2017

O poder da razão e do diálogo	O Estado de Direito
A dignidade da pessoa humana	Cultura democrática
Alcance da noção de dignidade da pessoa humana	A finalidade do Estado e do governo
Defesa da vida desde a concepção	Os limites da ação do Estado
Ética e a vocação para a excelência	O que é o princípio da proporcionalidade
O valor da família	Proporcionalidade e liberdade profissional
A importância do casamento	O Estado laico
A valorização da mulher	Legislação sobre o casamento
A finalidade da sociedade e o bem comum	Liberdade de expressão

O princípio da subsidiariedade: menos
estado e mais cidadão

Livre iniciativa

Os responsáveis pelo bem comum

Ações afirmativas

As empresas, sua finalidade e o bem
comum

Fortalecimento do modelo federativo

O valor da comunicação

Significado da representação política

O valor da democracia

Voto distrital misto

Fonte: Elaborada pela autora com base em informações publicadas pela Gazeta do Povo.

Atualmente, 300 pessoas estão envolvidas com a publicação de aproximadamente 120 conteúdos diários no âmbito do jornal. Além dos jornalistas, existem profissionais responsáveis por apurar performances digitais nas mídias sociais e aperfeiçoar a indexação das matérias nos servidores da internet, o que facilita a localização via buscadores. Em relação a editoria República, considerada para o desenvolvimento deste estudo, nove profissionais compõem o quadro: André Gonçalves, que atua como coordenador; Fernando Martins, que é o editor-responsável; Sérgio Luís de Deus, editor de fechamento; além de dois editores de notas curtas e quatro jornalistas que atuam em Brasília (DF).

É importante registrar que República trata sobre política nacional - no âmbito dos Três Poderes - e macroeconomia. Criada em abril de 2017, durante a transição do jornal da operação impressa para a digital, a editoria concentra esforços “na produção de conteúdos analíticos, explicativos e de contextualização das principais decisões políticas e econômicas do Brasil” (GONÇALVES, 2021, n.p.). De acordo com Gonçalves (2021), ela já nasceu com o intuito de ser o destaque do jornal e, por conta disso, “é dela que sai

a maioria das manchetes do site. Ela cumpre um papel fundamental nas estratégias de audiência, assinaturas e fidelização de nossos assinantes” (GONÇALVES, 2021, n.p.).

No que tange ao reflexo da atual imbricação entre política e cristianismo no Brasil, Martins (2021) aponta que, apesar da República ser responsável pela cobertura de política, que é mais tradicional no jornalismo, eventualmente aborda assuntos de cunho religioso nas reportagens “porque muitas vezes são temas interdisciplinares e têm relação com outras discussões políticas. Ou seja, quando a religião e o cristianismo viram um tema político, nós tratamos em nossa editoria” (MARTINS, 2011, n.p). O editor-responsável destaca ainda que, na divisão interna de assuntos do veículo, Vida e Cidadania é a editoria que trata exclusivamente sobre a agenda de costumes e, segundo ele, o faz “dentro dos princípios editoriais da Gazeta do Povo, que tem elementos da visão cristã de mundo” (MARTINS, 2021, n.p.).

Percurso metodológico

Como visto, o estudo apresenta características que requisitam o desenvolvimento de análise pautada no âmbito das pesquisas quantitativa e qualitativa. Isso porque o traço característico do objeto se alinha a aspectos de regularidade comprovável e de atributos da esfera da ação humana. Considerando que “toda quantidade que podemos observar é um evento histórico, um fato que não pode ser descrito integralmente sem que se especifique o tempo e o ponto geográfico” (VON MISES, 2014, p. 23), foram percorridas as seguintes etapas para desenvolvimento da investigação: 1) Esquadrinhamento do tema e do contexto; 2) Recolhimento do material a ser analisado; 3) Coleta de dados; 4) Análise de dados; 5) Redação final.

A metodologia utilizada foi a análise de conteúdo que, de acordo com Godoy (1995), inicialmente sofreu influência da busca da cientificidade e objetividade recorrendo a um enfoque quantitativo para fins descritivos, mas posteriormente agregou a análise de cunho qualitativo, através da interpretação dos dados. Nesse sentido, se apresentou como

mecanismo propício para esta investigação, tanto por possuir a prerrogativa de reduzir a complexidade da coleção de textos por meio da classificação sistemática, quanto pela possibilidade de entendimento de características, estruturas e/ou modelos que estavam por trás das mensagens estudadas.

Além disso, foram utilizadas as técnicas de pesquisa bibliográfica, entrevista individual e pesquisa documental. A primeira, conforme Stumpf (2005), pode ser identificada como o estabelecimento de bases, o que permite a adesão ou refutação de proposições teóricas para, então, potencializar arsenal propício ao reconhecimento de peculiaridades do objeto de estudo. Por esse motivo, foi requisitada para obtenção de informações e reunião de conjunto teórico que, vez por outra, se apresentou de forma dispersa nas mais distintas publicações. Ademais, a construção do quadro conceitual também foi atributo possibilitado pelo mecanismo.

No que diz respeito à entrevista individual, Bauer e Gaskell (2002) apontam que trata-se de um mecanismo que permite, sobretudo nas pesquisas qualitativas no âmbito das Ciências Sociais, a descoberta de outras perspectivas sobre os fatos. Para ele, seu emprego propicia a introdução de esquemas interpretativos por parte do pesquisador e, conseqüentemente, uma melhor percepção do objeto. Nesse sentido, foi entendida como fundamental a aplicação da técnica junto ao coordenador e editor-responsável da editoria República, do jornal Gazeta do Povo - André Gonçalves e Fernando Martins, respectivamente.

Já a pesquisa documental, que de acordo com Oliveira (2013) caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, o que compreende reportagens de jornais, por exemplo, foi de grande valia para a exploração do material referente às publicações da Gazeta do Povo. Segundo Cellard (2008), a técnica favorece a observação do processo de maturação de indivíduos, grupos, conceitos,

conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros e, por isso, seu uso se mostrou pertinente para a empreitada.

A mídia, para além da ênfase atribuída ao factual, se apresenta como complexo favorável ao reconhecimento de processos relativos à dinâmica social. Nesse sentido, manifesta-se como um meio propício para prospectar, em diferentes momentos da história, aspectos relativos às ocorrências da sociedade. Assim, pesquisas centradas em publicações midiáticas favorecem a compreensão de contextos históricos e sociais. Ainda que, por vezes, suportes comunicacionais sejam questionados no que tange à categorização enquanto comprovação documental - sob o argumento de que apresentam relatos atrelados à subjetividade - esses meios se caracterizam como importantes fontes devido à prática inerente de disponibilização do registro de fatos.

É importante ponderar ainda que a possibilidade de subjetividade textual não se restringe a documentos como reportagens e notícias, mas também se atrela a suportes como anuários, catálogos e obras literárias, ou mesmo àqueles que, comumente, são considerados imparciais como, por exemplo, relatórios, boletins e estatísticas. Sendo assim, o tratamento analítico adequado é o que se apresenta como diferencial em investigações voltadas à análise de documentos. Dessa forma, é imperativo que o pesquisador ultrapasse o limite da escrita a ser analisada e se permita compreender o texto, tendo sempre em vista os objetivos previamente definidos.

No contexto dos jornais, sem dúvida, o texto assume condição de documento ao ser publicado e disseminado. Isso porque a NBR 6023 (2002, p.2) considera que o documento se configura pela existência de qualquer suporte que contenha informação registrada, “formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova”, o que inclui impressos, manuscritos, registros audiovisuais e sonoros, além de imagens que não sofreram modificações. No mesmo sentido, de acordo com Cellard (2008, p. 296), o conceito de documento pode ser definido enquanto: “1- declaração escrita, oficialmente

reconhecida, que serve de prova de um acontecimento, fato ou estado; 2- qualquer objeto que comprove, elucide, prove ou registre um fato, acontecimento; 3- arquivo de dados gerado por processadores de texto”.

Com vistas a atender ao percurso metodológico traçado, bem como por compreender que nem todas as matérias inseridas na editoria República se relacionam com a dicotomia política - cristianismo, foi entendido como basilar refinar os dados. Para tanto, foram demarcados termos centrais de forma a precisar o espectro cristão e o universo político: 1) Grupo 01 (religião): Deus, religioso, cristão e evangélico; 2) Grupo 02 (política): conservador, bancada evangélica, bandeira e liberdade. A partir disso, na coleta inicial foram consideradas as notícias que apresentaram quaisquer um dos termos na manchete.

Após essa etapa, que considerou plural e singular, feminino e masculino das palavras-chave, foram identificadas 31 notícias, no universo de 400 matérias publicadas na editoria República no período de 1º de janeiro de 2018 a 14 de setembro de 2021, cujo teor da manchete continha um dos termos, o que corresponde a 7,5% do total de publicações. Sobressalta a identificação de que as referidas notícias estão concentradas em apenas dois dos anos considerados nesta pesquisa. Em 2020, aparecem nove publicações, o que corresponde a 2,25% do total de matérias. Já em 2021, foram veiculados 22 textos noticiosos (5,5%) que apresentaram os requisitos considerados neste estudo.

Destes, para possibilitar uma investigação mais precisa acerca da temática e, conseqüentemente, atender aos objetivos da pesquisa, foram considerados aqueles que mantêm explícita relação com a dicotomia política - religião. Ou seja, que abordam a perspectiva política em associação com o cristianismo. Por esse motivo, foi suprimida do *corpus* uma notícia compreendida no escopo do Grupo 2, mais precisamente no âmbito da palavra-chave ‘conservador’. Isso porque na matéria³ em questão a nomenclatura foi

³ Bolsonaro vai ficar internado em tratamento “clínico conservador”, diz hospital. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/república/bolsonaro-recebe-tratamento-clinico-conservador-exames-hospital/> Acesso em 15 de setembro de 2021.

utilizada para adjetivar tratamento de saúde aplicado ao Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro (PL), por ocasião de complicações gastrointestinais decorrentes de cirurgia realizada em 2018⁴.

A partir daí, considerando o quantitativo de 30 publicações que se enquadraram inicialmente no escopo, foi efetuado o crivo seguinte, que considerou a aparição simultânea de, pelo menos, duas das palavras-chave de cada grupo na mesma publicação, o que resultou em nove notícias: seis no grupo 'religião' e três no grupo 'política'. Ainda com a finalidade de garantir a precisão da análise, foi aplicada categorização com base em três agrupamentos: 1) Poder Executivo; 2) Poder Judiciário; 3) Poder Legislativo. Dessa forma, obteve-se o quantitativo de 44,4%; 33,3% e 22,2%, respectivamente. Por esse motivo, o grupo Poder Executivo se configurou como *corpus* da pesquisa.

Análise

As matérias analisadas, ou seja, as que compreendem o *corpus* da pesquisa, têm por título: 1. “Evangélicos rechaçam Lula e consolidam apoio a Bolsonaro para 2022”; 2. “Eleições 2022: apoio dos evangélicos ainda será representativo em 2022?”; 3. “Lula busca se aproximar de evangélicos, mas pastores resistem a assédio”; 4. “Quem são e o que querem os evangélicos que vão participar das manifestações do dia 7”. Os textos noticiosos foram publicados em 25 de março de 2021, 12 de abril de 2021, 28 de maio de 2021 e 2 de setembro de 2021, respectivamente.

Após analisar cada uma das publicações, foi possível identificar que todas apresentam correlações entre o conteúdo e os princípios norteadores do jornal. Das 28 convicções da Gazeta do Povo, 22 puderam ser identificadas nas produções estudadas. Entre elas estão: o valor da família, defesa da vida desde a concepção, o Estado de Direito, o Estado laico,

⁴ A intervenção cirúrgica no então candidato à presidência da República, Jair Messias Bolsonaro, foi realizada após atentado ocorrido em 06 de setembro de 2018, durante ato de campanha em Juiz de Fora (MG).

a finalidade do Estado e do governo, significado da representação política, o princípio da subsidiariedade: menos estado e mais cidadão, a finalidade da sociedade e o bem comum, o valor da democracia e livre iniciativa.

Outrossim, pode ser constatado que é objeto central das notícias o apoio dos eleitores evangélicos ao presidente Bolsonaro (PL) e a repulsa desse nicho à possível candidatura do ex-presidente Lula (PT) para as eleições presidenciais de 2022. Nesse ponto, as matérias salientam que para manter a preferência entre esse público Bolsonaro (PL) tem se posicionado em defesa das pautas conservadoras de forma constante. De acordo com Mariano e Gerardi (2019), isso ocorre porque a defesa da família e da vida é objeto central da maioria cristã. Não obstante, segundo os autores, no seio cristão há a premissa de que deve-se lutar para manter o ordenamento jurídico em consonância com os princípios do cristianismo.

O conteúdo da Gazeta coloca holofotes ainda sobre a tentativa de aproximação do ex-presidente Lula (PT) com os segmentos evangélicos. De acordo com o conteúdo apresentado pelo jornal, o objetivo do petista é neutralizar o apoio do setor religioso ao atual presidente. A iniciativa, segundo a publicação, foi acelerada após a divulgação de levantamento realizado pelo Datafolha⁵ (DATAFOLHA apud GAZETA DO POVO, 2021), que identificou empate técnico entre os dois políticos no âmbito do eleitorado evangélico que, de acordo com a pesquisa, corresponde a 31% dos votantes no Brasil.

Outro fator que predomina é a ideia de que os protestantes se configuram como uma base de apoio orgânica de Bolsonaro (PL) e, em razão disso, mais do que as concepções em comum, impera a aprovação pessoal da persona pública do presidente. Nesse ponto, pode ser mencionado como medular o posicionamento apresentado por ele - inclusive quando na condição de candidato - no que se refere à promessa de promoção da restauração da

⁵ A pesquisa Datafolha ouviu 2.071 eleitores de forma presencial entre os dias 11 e 12 de maio. A margem de erro é de dois pontos percentuais.

ordem moral e social tradicional em um país governado por mais de uma década por partido situado à esquerda do espectro político-partidário.

Nesse ensejo, a Gazeta aborda ainda que dois fatores reforçaram a propensão de apoio evangélico para Bolsonaro nas próximas eleições. O primeiro foi a postura adotada no que concerne à contestação quanto ao fechamento obrigatório de igrejas durante os meses iniciais da pandemia de covid-19. O segundo, de acordo com o jornal, foi a nomeação de André Mendonça, então Advogado-geral da União e pastor presbiteriano, para compor o STF. A indicação ocorreu em 13 de julho e a posse ocorreu em 16 de dezembro de 2021.

Segundo Telles (2016), a principal diferença entre direita e esquerda reside na ação individual e na escolha voluntária, destacadas pela direita, e na ação coletiva, preferida pela esquerda. Logo, os temas centrais que marcam as diferenças entre os dois pólos giram sobre a intervenção estatal na economia e no comportamento social dos indivíduos. A direita considera a religião importante para a vida das pessoas; não acolhe a descriminalização do aborto e da maconha; defende a redução do Estado de bem-estar e, por este motivo, aceita um mercado sem regulação. Já a esquerda, não leva em conta a religião como fator base para a vida humana; prefere a existência de um Estado amplo e, portanto, que coloca em prática políticas estatizantes e intervencionistas.

Consoante Bohn (2004, p. 312), essa percepção tende a ser ainda mais evidenciada a partir da leitura de que os cristãos formam “parte da base social da “nova direita”, já que adicionam valores tradicionalistas referentes à família e à sexualidade aos pilares usualmente associados a posições direitistas”. Nesse âmbito, emerge no escopo dos conteúdos analisados o entendimento de que para o eleitor cristão “diante de um dilema com evidência ambígua, a posição moral é o fiel da balança e desempata o jogo” (CARVALHO apud GAZETA DO POVO, 2021, n.p).

Sobre isso, Pierucci (2011) afirma que trata-se de um fortalecimento que foi iniciado em 1986, por ocasião das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, e perdurou de

forma a agregar o conservadorismo religioso à política nacional: “um conservadorismo ativo e não apenas reativo destinado à manutenção do *status quo* tradicional” (ALMEIDA, 2017, p. 18). Para Tadvald (2015), porém, na atualidade o *ethos* cristão conservador não revelou seu crescimento, mas, antes, a sua exposição. Para ele, “não é possível meramente considerarmos que, mediante a ascensão de certos grupos sociais, nossa sociedade tem se tornado mais conservadora, mas, na realidade, constatarmos que ela nunca deixou de sê-lo” (TADVALD, 2015, p. 270).

Pesquisas comparativas realizadas em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) apontam que entre os anos de 2014 e 2018 houve um aumento de 6% no índice de conservadorismo no Brasil (DE ANDRADE LIMA; LIMA, 2020). Apesar disso, Tadvald (2015) afirma que a representação dos cristãos na Câmara, por exemplo, é proporcional ao seu percentual na população brasileira. Para o autor, em termos político-religiosos esse grupo encontra-se à frente de outros segmentos no que diz respeito à corrida eleitoral, mas não necessariamente possui uma capacidade superior a de outros setores sociais na angariação de votos.

Para ele, o posicionamento público transparente baseado no dogmatismo e materializado, sobretudo, na esfera dos costumes e da moralidade nacional, são pontos que unem os cristãos na política e, por conseguinte, fortalecem o conservadorismo - o qual, em certa medida, aceita os princípios religiosos como agente moralizador na sociedade contemporânea. Disso, segundo Tadvald (2015), decorre a formação de coalizões que agregam parlamentares católicos e protestantes para frear iniciativas que interfiram na conservação dos valores morais.

A esse tipo de fenômeno Casanova (2006) atribui a estreita ligação entre o religioso e o secular. Para o pensador, trata-se de uma espécie de religião pública, posto que há a irrupção da atuação da religião como um ator na esfera pública. Nesse âmbito, contudo, é importante considerar que a despeito de seu explícito conservadorismo moral e social,

essa força religiosa cultiva a concepção de Estado e de política republicana. Confirma isso sua atuação a partir de partidos políticos, formação de alianças e bancadas e a participação em comissões parlamentares (CASANOVA, 2006).

Considerações

Tendo em vista a percepção de que na atualidade há intensa imbricação entre política e cristianismo no Brasil, investigar o fenômeno através de um veículo de comunicação se mostrou necessário. Dado o contexto, perscrutar a temática em um jornal que se posiciona como conservador nos costumes e liberal na economia possibilitou uma melhor percepção acerca da materialização do tema, sobretudo pelo fato do fenômeno ser percebido pelo periódico como legítimo.

Sob essa égide, foi possível verificar que a hipótese levantada por ocasião da projeção deste estudo se confirmou. Isso porque foi identificado que o cristianismo exerce influência no cenário político brasileiro atual através da atuação dos seus adeptos e simpatizantes. A partir das análises efetuadas, é admissível afirmar também que, no que se refere a editoria República do jornal Gazeta do Povo, no período compreendido entre os anos de 2018 e 2021, a associação entre política e cristianismo aparece, predominantemente, em notícias relacionadas ao Poder Executivo.

Outrossim, ainda no âmbito do veículo de comunicação, foi identificado que trata-se de um jornal que, apesar de posicionado, não atua como militante. Para além disso, porém, cabe considerar que a relevância quantitativa da temática política - cristianismo no escopo da editoria estudada ficou aquém do esperado no que diz respeito à proporcionalidade de publicações entre 2018 e 2021. Isso porque as notícias se apresentaram concentradas em apenas dois dos anos considerados nesta pesquisa, a saber: 2020 e 2021. A despeito disso, no entanto, nas constantes pode ser constatada correspondência com 22 das crenças elencadas pelo veículo como norteadoras de suas produções.

Por fim, através do desenvolvimento deste estudo foi perceptível que a problemática inicial é fenômeno notadamente relevante. Por esse motivo, pesquisas futuras poderão perscrutá-la com a finalidade de fazer emergir fatores outros que, por questão de recorte, não foram englobados nesta investigação.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Ronaldo de. **A onda quebrada** - evangélicos e conservadorismo. Cadernos pagu, 2017.

ALVES, Rubem A. **A volta do sagrado**: os caminhos da sociologia da religião no Brasil. Primeiros Estudos, n. 9, p. 63-94, 2019.

AGÊNCIA SENADO. Há 100 anos, Epitácio se elegeu presidente sem estar no Brasil. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-100-anos-epitacio-se-elegeu-presidente-sem-estar-no-brasil> Acesso em 23 de agosto de 2021.

AZZI, Riolando. **O início da restauração católica no Brasil**: 1920-1930. Síntese: Revista de Filosofia, v. 4, n. 10, 1977.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições, v. 70, n. 1977, p. 99-120, 2011.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Editora Vozes Limitada, 2017.

BOHN, Simone R. **Evangélicos no Brasil**: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. Opinião pública, v. 10, p. 288-338, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Uma interpretação da teoria da religião de Max Weber**. A Economia das Trocas Simbólicas, São Paulo, Perspectiva, p. 79-98, 1974.

BURITY, Joanildo A. **Religião, política e cultura**. Tempo social, v. 20, p. 83-113, 2008.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Frentes parlamentares. Disponível em <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frentes.asp> Acesso em 14 de setembro de 2021.

CASANOVA, José. **Rethinking Secularization**: a global comparative perspective. The Hedgehog Review, v. 8, n.1/2, p.7-22, 2006.

CELLARD, André et al. A análise documental. POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, v. 295, p. 2010-2013, 2008.

COMSCORE MYMETRIX. Painel. Disponível em <https://auth2.comscore.com> Acesso em 7 de junho de 2021.

CUNHA, Magali do nascimento. **Do púlpito às mídias sociais: evangélicos na política e ativismo digital**. Editora Prismas, 2017.

DURKHEIM, ÉMILE. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GARSCHAGEN, Bruno. **Conservadorismo brasileiro: tradição e história**. Disponível em <https://extra.globo.com/noticias/brasil/sem-mimimi/conservadorismo-brasileiro-tradicao-historia-20541465.html> Acesso em 28 de outubro de 2021.

GAZETA DO POVO. As convicções editoriais da Gazeta do Povo em resumo. 2017. Disponível em <https://especiais.gazetadopovo.com.br/100-anos/conviccoes-editoriais-gazeta-povo-resumo/> Acesso em 10 de agosto de 2021.

GAZETA DO POVO. Gazeta do Povo completa 100 anos como um dos jornais mais lidos do Brasil. 2019. Disponível em <https://especiais.gazetadopovo.com.br/100-anos/centenario-jornal-mais-lido-brasil/> Acesso em 16 de agosto de 2021.

GAZETA DO POVO. O que leva Ana Amélia e Guilherme a apostar no jornalismo de qualidade? 2019. Disponível em <https://especiais.gazetadopovo.com.br/100-anos/ana-amelia-guilherme-cunha-pereira-perfil/> Acesso em 20 de julho de 2021.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de Administração de empresas, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GONÇALVES, André. História da editoria República do jornal Gazeta do Povo. Entrevista concedida a Thaiane Firmino da Silva em 23 de novembro de 2021.

KRITSCH, Raquel. **Política, religião, revolução e soberania em reflexões sobre a revolução em França do conservador E. Burke**. Revista Espaço Acadêmico, v. 11, n. 123, p. 68-83, 2011.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio** (“Discorsi”) – São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MARIANO, Ricardo; GERARDI, Dirceu André. **Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores**. Revista usp, n. 120, p. 61-76, 2019.

MARTINS, Fernando. Política e religião na editoria República do jornal Gazeta do Povo. Entrevista concedida a Thaiane Firmino da Silva em 25 de novembro de 2021.

MATA, Sérgio da. **Religião e modernidade em Ernst Troeltsch**. Tempo social, v. 20, p. 235-255, 2008.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Eleição 2010**: desmoralização eleitoral do moralismo religioso. *Novos estudos CEBRAP*, n. 89, p. 6-15, 2011.

PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan William dos. **Quem tem medo da bancada evangélica?** Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. *Tempo Social*, v. 29, p. 187-214, 2017.

ROCKWELL, Lew; PAUL, Ron. **Igreja, estado e políticos** - o estatismo quer ser a nova religião oficial. Disponível em <https://www.mises.org.br/article/1651/igreja-estado-e-politicos--o-estatismo-quer-ser-a-nova-religiao-oficial-> Acesso em 13 de setembro de 2021.

STUMPF, Ida Regina. **Pesquisa bibliográfica**. In: DUARTE, Jorge. Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2005, v. 2, p. 51-61.

TADVALD, Marcelo Tadvald. **A reinvenção do conservadorismo**: os evangélicos e as eleições federais de 2014. *Debates do NER*, v. 1, n. 27, p. 259-288, 2015.

TÉCNICAS, Normas. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR-6023: informação e documentação—referências—elaboração. Rio de Janeiro, 2000.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América** – Livro I: leis e costumes. São Paulo: Martins Fontes, 2005

USARSKI, Frank. História da ciência da religião. **Ciberteologia**: Revista de Religião e Cultura, p. 139-150, 2013.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.